

Com pobreza de propostas, estelionato eleitoral é certeza; dúvida é o tamanho, afirma Alessandra Ribeiro

Eleito terá em alguma medida que quebrar promessa de campanha, avalia Alessandra Ribeiro

20/10/2026 05h00 · Atualizado há 10 horas

Em uma campanha pobre em propostas e com pouco comprometimento das candidaturas, a certeza é que haverá algum grau de estelionato eleitoral após o fim do segundo turno. A dúvida que resta é qual o tamanho, avalia a sócia e diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências, Alessandra Ribeiro.

“O presidente Lula defende a ideia de que o crescimento econômico gera superávit para controlar dívida. Na realidade, não é assim que a banda toca. Existem vários fatores que determinam o crescimento de uma economia. Nem todo gasto eleva o PIB potencial, por exemplo. Outro ponto é que se o mercado não enxerga potencial de formação de [superávit] primário, ele vai pedir um juro mais alto para financiar o governo, e isso dificulta ainda mais obter um resultado que estabilize a dívida. Se um quarto mandato do presidente Lula for pautado por essa tese, vai rapidamente entrar em cenário de crise”, alerta.

Em sua avaliação, Flávio manteve o discurso do “tesourazo”, mas as propostas apresentadas na sabatina estão muito aquém do necessário para se chegar à economia de R\$ 200 bilhões alardeada pela campanha. Medidas como vender imóveis da União ou privatizações eram promessa de campanha já do ex-ministro Paulo Guedes, mas que vingaram muito pouco. “Vender imóveis não é trivial. Da mesma forma, a privatização pode enfrentar resistência relevante mesmo num Congresso mais alinhado a Flávio, porque pode mexer em interesses regionais que são poderosos”, exemplifica.

Já as medidas que estão no centro das discussões há bastante tempo foram descartadas nos primeiros minutos de sabatina: revisão da regra de reajuste real do salário mínimo, indexação de aposentadorias e benefícios e dos pisos constitucionais da saúde e educação. Pontos que, com a folha do servidor, levam a rigidez do Orçamento que chega a 90%, lembra a economia. “O que temos visto, até pelo acirramento da competição, é que ele está se colocando em uma camisa de força para fazer esse ajuste. Mas, assim como no cenário com Lula, acreditamos que ele precisará cometer algum grau de estelionato eleitoral para endereçar o crescimento das despesas obrigatórias”, pondera.

Outra proposta que chamou atenção, a ideia do candidato do PL de comprar dívidas de pessoas e empresas e dar carência de até um ano para o início do pagamento, sem incidência de juros, não é muito diferente do Desenrola 3, afirma Ribeiro. “Na nova edição do Desenrola, a União compra a dívida, o que permite um desconto significativamente maior do que nas edições anteriores, quando eram as famílias que negociavam com os bancos. Se a dívida fica congelada por seis meses a um ano sem incidência de juros, isso equivale a desconto. Difícil dizer qual desconto será maior, mas o mecanismo não é muito diferente”, diz.